

The Postcolony Talks Back:

As Literaturas Africanas em Português e Os Estudos Pós-Coloniais

Emanuelle Santos

Universidade de Warwick

Resumo: De que maneira a perspectiva trazida pelos Estudos Pós-Coloniais pode contribuir para o estudo do desenvolvimento de Estados pós-coloniais tais como os que compõem aquilo que se conhece como Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)? Nascidas em meio às lutas anti-coloniais ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, as teorias que animam o que se convencionou chamar de Estudos Pós-Coloniais floresceram nas academias do norte global para endereçar, através do campo da cultura, as relações transnacionais de desigualdade ao nível global. Entretanto, quando usado como ferramenta para a análise dos problemas contemporâneos dos estados pós-coloniais independentes, o corpo de teorias pós-coloniais parece carecer de potencialidade crítica. À luz desses fatos, e a partir dos exemplos oferecidos pela pós-colonialidade contemporânea dos estados africanos que compõe os PALOP, o presente trabalho propõe uma reavaliação dos pressupostos teóricos através dos quais sua produção cultural é continuamente avaliada, numa tentativa de abrir um diálogo crítico da crítica que inclua, também, a perspectiva da pós-colônia, frequentemente relegada a objeto e localizada às margens da teoria.

Palavras-chave: Teoria pós-colonial, Literaturas Africanas em Língua Portuguesa, Pós-colônia

Abstract: How can the perspective brought about by Postcolonial Studies contribute to the study of the development of the postcolonial State, such as the ones that compose what is known as the Portuguese-speaking African Countries? Born from the anticolonial struggles that succeeded World War II, the theories that animate what is conventionally called Postcolonial Studies bloomed in the academies of the Global North to address,

through the realm of culture, the transnational relations of inequality in global scale. However, when used as a tool to analyze the problems of contemporary sovereign postcolonial states, the body of postcolonial theories seems to lack critical potential. In the light of this facts, drawing from the examples offered by the African states that compose the group of Portuguese-speaking African countries, this article aims at an reevaluation of the theoretical presuppositions through which these countries 'cultural production is continuously evaluated, in an attempt to open a critical dialogue that includes a perspective from the postcolony itself, which is often regarded solely as an object located at the margins of the theory.

Keywords: Postcolonial theory, Literatures of the Portuguese-speaking African countries, Postcolony

As literaturas de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe vêm ganhando atenção cada vez maior da comunidade acadêmica. Se, no passado, uma especialização universitária em português compreendia, na maior parte dos casos, apenas os estudos de obras literárias oriundas de Portugal e do Brasil, recentemente, nenhum programa sério deixa de incluir trabalhos dos países africanos de língua oficial portuguesa. Ainda que, na maioria dos casos, o que é estudado não passe do trabalho de alguns poucos autores de Angola e de Moçambique, relegando as literaturas dos outros três países a um espaço ainda mais marginal, é importante notar uma consciência crescente do papel cada vez mais ativo dessas literaturas no espaço transnacional que fala português. Um movimento que se verifica pela existência de um número cada vez maior de estudos ocupados com aquilo que, fora da África e do Brasil, vêm problemáticamente sendo designado como estudos África lusófona¹.

Estabelecida na Europa (principalmente em Portugal e no Reino Unido), nos estados Unidos e no Brasil, a crítica internacional das literaturas africanas escritas em português vem sendo cada vez mais auxiliada pelo aparato teórico dos Estudos Pós-coloniais. Sua pertinência a esse campo dos estudos literários está intrinsicamente ligada ao próprio surgimento dessas literaturas nacionais que se construíram como espaço para a voz de intelectuais que, em situação de diáspora ou não, fizeram da literatura um dos meios mais importantes da luta contra a ideologia colonial. Mesmo já antes dos anos nos quais a guerra colonial decorreu, a

literatura já se constituía como o lugar no qual as cores, os ritmos e os modos das subjetividades locais eram escritos. Esse foi o caminho trilhado pela literatura que desabrochou após as independências africanas, encontrando seu ápice nos anos 80 e 90 e animando acadêmicos engajados não apenas com a literatura, mas também com a própria política de construção nacional daqueles estados recentemente independentes, que haviam derrotado uma longa e duradora forma de colonialismo.

Entretanto, com o avançar da história, novos desafios se colocam aos críticos e aos seus aparatos teóricos. Atualmente, quase quarenta anos depois do final do jugo colonial na África de língua oficial portuguesa, bem como depois do fim de cerca de duas décadas de guerra civil que assolaram países como Angola e Moçambique, tanto a literatura quanto a pós-colonialidade desses países se encontram, hoje, num tempo no qual o inimigo é interno. Corrupção, abuso de poder, inequidade de gênero, concentração de renda e homogeneização cultural são alguns dos inimigos internos dos jovens estados pós-coloniais africanos de língua oficial portuguesa, que a crítica literária, aparentemente, tem falhado em endereçar. Ainda pouco discutida no campo, a tendência da crítica literária contemporânea em ignorar os problemas internos das pós-colônias africanas é vista como uma característica problemática por alguns estudiosos. A este respeito, Fernando Arenas comenta no fechamento do seu recente livro *Lusophone Africa: Beyond Independence* (2011), em aparente tom de desabafo, que:

[o livro] tem como objetivo mover a discussão para além de narrativas heroicas das lutas pela libertação e para longe de abordagens exageradamente cautelosas e acríticas dos estabelecimentos político de nações como Angola e Moçambique que tem prevalecido nas humanidades, especialmente no campo dos estudos literários. (Arenas 2011: 204, minha tradução)

Entretanto, quando o combate e o compromisso político estão cravados no coração da própria literatura, como explicar uma tendência de posições acríticas, no âmbito dos estudos literários, no que se refere às situações políticas contemporâneas da África de língua oficial portuguesa? Uma hipótese para esse aparente fenômeno estaria, certamente, longe da presunção de que a crítica literária tenha perdido seu compromisso com o político e o social. Seria antes mais

produtivo procedermos com uma análise da pertinência do instrumental utilizado pela crítica, o que nos leva à proposição de um olhar mais atento ao conjunto de teorias que compõe os estudos pós-coloniais. Em que medida a tendência crítica descrita por Arenas não seria produto de um entrave causado por uma “arma da teoria” emperrada, que tenha perdido a pontaria por excesso de uso e falta de manutenção?

Numa interessante reflexão acerca da pertinência da teoria pós-colonial para o estudo das contemporaneidades africanas, Achille Mbembe faz uma distinção entre “pensar sobre a pós-colônia” e “pensamento pós-colonial”:

Há uma diferença, a meu ver, entre pensar sobre a “pós-colônia” e “pensamento pós-colonial”. A questão que atravessa meu livro [On the Postcolony] é a seguinte: “O que é ‘hoje’ e o que nós somos hoje?” Quais são as linhas de fragilidade, as linhas de precariedade, as fissuras na vida africana contemporânea? E, possivelmente, como pode aquilo que existiu não mais existir, como aquilo pode dar origem a uma coisa outra? Dessa forma, se você preferir, é uma maneira de refletir sobre as fraturas, sobre o que resta da promessa da vida quando o inimigo não é mais o colonialista de maneira estrita, mas o “irmão”? Sendo assim, o livro é uma crítica do discurso africano de comunidade e irmandade.

(...)

[O] pensamento pós-colonial (...) é produto do encontro entre a Europa e os mundos que ela um dia fez em suas possessões distantes (...). Ela chama a Europa a viver aquilo que ela declara suas origens, seu futuro e sua promessa, bem como a chama a viver tudo isso de maneira responsável. Se, tal como a Europa sempre disse, essa promessa tem mesmo como objeto o futuro da humanidade como um todo, então o pensamento pós-colonial requer que a Europa se abra e continuamente relance aquele futuro de maneira singular, responsável por si mesma e pelo Outro, perante o Outro. (Mbembe 2008: 11, tradução e itálicos meus).

Ainda que esta reflexão de Mbembe abra precedente para uma série de questionamentos – a começar pela problematizável permanência, no discurso do filósofo, da própria ideia de “Outro”, expressa por um lacanianamente maiúsculo “O” –, a ideia da disjunção entre a pós-colônia como espaço, localizada na África, e o pensamento pós-colonial enquanto prática epistemológica, localizado na Europa, mostra-se significativamente produtivo. Neste sentido, a reflexão de Mbembe dialoga com as proposições críticas de outros teóricos que

também enunciam de fora da experiência cultural e econômica do Norte hegemônico como Walter Mignolo e Boaventura de Sousa Santos². Tanto as propostas de *descolonialidade e pensamento de fronteira* de Mignolo ([2000]2012), como as *Epistemologias do Sul* e a *ecologia de saberes* de Santos (2010), estão profundamente comprometidas com a desconstrução da ideia de universalismo que confere autoridade às correntes epistemológicas de prestígio – ou dominantes. Assim, o ato de localizar descortina a disparidade geográfica – de um aparato teórico do Norte para a análise do Sul Global – acarretando também uma disparidade temporal, o que nos leva à arena de discursos inflamados que se instauram toda vez que alguém pergunta quando é que se dá o pós-colonial³. Por outro lado, seria mesmo legítimo afirmar que o pensamento pós-colonial seja algo inerente à Europa e, portanto, infrutífero para a análise da pós-colônia?

Como é amplamente sabido, o termo colônia não se refere a um conceito recente do mesmo modo como também não é recente o fato de que existam ex-colônias, tal como nos informam os casos do continente americano. Ainda que a independência dos Estados Unidos date de 1776, e, no caso do mundo de língua oficial portuguesa, é sempre importante recordar que a independência do Brasil se deu em 1822, a pós-colônia, como conceito, é um produto teórico que tem como berço e objeto o período histórico que compreende o declínio do colonialismo do final do século XX. Parece ser amplamente aceito que, de forma diversa aos processos de descolonização ocorridos nas Américas entre os séculos XVIII e XIX, a onda de descolonização que sucedeu a Segunda Guerra Mundial veio embalada pelo nacionalismo anticolonial. Diferença esta que, embora questionável e, a meu ver, limitada, parece ser suficiente para que se excluam territórios como Brasil, Argentina, Estados Unidos e Canadá do escopo da perspectiva pós-colonial – assunto certamente controverso o bastante para dar origem a outro artigo.

Colocando de lado os pormenores da polêmica acerca da pós-colonialidade das Américas – ou de qualquer outro território tocado pelo colonialismo que não tenha, necessariamente, tido um movimento anticolonial que tenha ganhado força após 1945 – esta discussão aponta para arbitrariedades e pontos-cegos inerentes à própria proposta do pós-colonial, o que não

diminui a validade da perspectiva crítica, mas abala tentativas de delineamentos de fáceis rotas e genealogias epistemológicas, sejam elas para apologia ou para a crítica do campo de estudos como um todo. No que se refere ao caso sobre o qual nos debruçamos, entretanto, a questão da periodicidade e da pertinência do pós-colonial não parece ser um problema, já que todos os países africanos de língua oficial portuguesa alcançaram suas independências a partir da luta de movimentos nacionalistas anticoloniais de caráter tricontinental. Entretanto, por essa mesma razão, acho difícil afirmar que o corpo de teorias, bem como a própria perspectiva crítica que as orientam, sejam apenas e somente desenhadas para repensar o papel da Europa com relação ao seu “Outro”. Prova disto verifica-se na relação intrínseca entre o corpo de teorias que formam os estudos pós-coloniais e o pensamento anticolonial. Se tal como afirma Robert Young, historicamente, a teoria pós-colonial é um produto de todas as formas de nacionalismo anticolonial (2003: 166), é impossível negar tanto a importância quanto a agência de pensadores não-europeus como Frantz Fanon, Aimé Césaire e Amílcar Cabral dentro dos estudos pós-coloniais, bem antes que Said, Spivak e Bhabha fossem moda na academia norte-americana – três teóricos que, aliás, também não são oriundos do Norte Global.

Portanto, por mais que possamos não concordar inteiramente com Mbembe na sua afirmação de que o pensamento pós-colonial considera apenas a agência europeia perante o “Outro”, ou ainda que a crítica pós-colonial seja estritamente desenhada para explicar o Sul a partir de um olhar localizado no Norte Global – embora seja esta a *prática crítica* mais largamente disseminada no campo – pode ainda ser muito produtivo considerar a disjunção entre pensamento pós-colonial e pós-colônia que o teórico propõe. Na medida em que uma crítica à própria genealogia epistemológica do campo, embora indispensável, não seja um empecilho para o reconhecimento das possibilidades que ele nos oferece, promovendo uma crítica que aperfeiçoe, mas não neutralize as potencialidades da perspectiva pós-colonial, é possível indagar: quais os desafios implícitos na disposição de um aparato teórico nascido da crítica à prática colonialista para a análise das sociedades pós-coloniais?

Se por um lado a consciência pós-colonial ajudou a forjar as construções nacionais das pós-colônias, é justamente o seu laço estreito com os movimentos anticoloniais, a partir dos

quais ela emergiu, que podem ser identificados como uma das razões principais da sua aparente inadequação para lidar com as complexidades das pós-colônias contemporâneas. Dado que o pensamento pós-colonial se baseia, em grande parte, no princípio que rejeita a dominação de uma “nação” pela outra, expressa pela luta contra o avanço do capitalismo global através da prática, não apenas do colonialismo clássico, mas também do neo-colonialismo e do imperialismo, a teoria pós-colonial nasceu muito mais preparada para lidar exclusivamente com esta importante agenda internacional do seu do tempo. Nesse sentido, enquanto corpo teórico, os estudos pós-coloniais vêm se demonstrado incompletos na medida em que parecem mais adequados para lidar com situações *entre estados* do que *dentre de estados*, o que endossa tanto a perspectiva crítica de Mbembe – ainda que aponte para outras razões – quanto o fenômeno apontado por Arenas. Ainda que o olhar ocupado com as relações *entre* seja, com o avançar da história, cada vez mais indispensável, é importante ressaltar que o olhar *dentre* se faz igualmente importante num momento em que o fetiche da soberania é componente importante na complexa rede de relações que constitui a presente geopolítica de dominação econômica e militar mundial. Essa aparece ser a herança de uma corrente de pensamento concebida para lidar com o conflito entre *capitalismo inter-nacional* e *marxismo inter-nacional*: *o intra-nacional é taxado como redundante*.

A inabilidade da crítica pós-colonial em adentrar o *intra-nacional*, embora pouco discutida, vem sendo lentamente endereçada na última década, na medida em que a história avança e as contradições dos nacionalismos anticoloniais se condensam na forma de realidades pós-coloniais política, econômica e culturalmente problemáticas. Tal como Arif Dirlik coloca:

A crítica pós-colonial contemporânea é mais importante como uma reflexão da história do discurso pós-colonial (...) trazendo à mesma superfície as contradições que eram invisibilizadas anteriormente por ideias mal examinadas e fundamentalmente teleológicas acerca de capitalismo, socialismo e nação, mas acima de tudo, acerca dos movimentos de libertação nacionais contra o colonialismo – falha que vem contribuindo muito no sentido de trazer essas contradições à tona. (Dirlik 2002: 432, minha tradução)

Essas contradições, também chamadas por Dirlik como “tragédia do nacionalismo anticolonial revolucionário” (2002: 437) são de especial interesse para nós já que representam o tipo de nacionalismo que alcançou a independência e constituiu os governos de cada um dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. Ainda de acordo com Dirlik, um dos aspectos mais contraditórios do nacionalismo anticolonial revolucionário é justamente a construção nacional. Área de principal contribuição do pensamento pós-colonial principalmente no tocante ao papel político da crítica literária, enquanto legitimadora do valor estético das emergentes literaturas nacionais dos estados pós-coloniais recém-formados. Uma vez que o objetivo anticolonial era liberar os territórios colonizados e constituir nações soberanas em espaço configurados precisamente a partir da intervenção colonial – basta lembrarmos que as fronteiras adotadas para definir os novos estados independentes, no caso dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), eram as mesmas das adotadas pela empreita colonial portuguesa, cujo traçado fora feito à despeito da coesão interna dos povos nela encerrados –, seria pertinente perguntarmos, tal como Dirlik o fez, acerca de “quais foram as consequências (...) para as populações que o colonialismo uniu sob sua tutela, que eles [nacionalistas anticoloniais] agora tentavam transformar em uma nação? Seria possível que eles acabariam terminando como colonialistas no que se refere à essas populações?” (Dirlik 2002: 437, minha tradução).

Aceitando o desafio do *intra* no seu controverso⁴ artigo “Postcolonial Remains” (2012), Robert Young mostra como a teoria pós-colonial ainda pode ser útil para endereçar situações de iniquidade que assolam o mundo no século XXI. Sua proposta é baseada na recuperação da utilidade do talento pós-colonial em destacar o valor de culturas subalternizadas, fazendo do invisível visível, combinado com sua perspectiva oriunda das próprias culturas não-europeias com as quais ele dialoga. Por essa razão é que, atualmente, a orientação política e cultural dos estudos pós-coloniais tem se revelado útil para endereçar o caso das lutas de indígenas contra estados soberanos. O caso das lutas indígenas desafia a própria herança marxista de secularismo e modernidade do pós-colonial, ao mesmo tempo em que demanda uma crítica das práticas coloniais perpetradas por estados soberanos pós-coloniais na medida em que esses

subalternizam culturas e desempossam povos em nome da soberania e da vantagem econômica, empreendendo claramente aquilo que os cientistas sociais chamam de colonialismo interno.⁵

Entretanto, ao movermos essa discussão para África, ou melhor, para os países africanos que têm o português como língua oficial, vemos que o reexame da pertinência das teorias pós-coloniais para lidar com as realidades pós-coloniais africanas, implicadas pela afirmação de Mbembe, demanda uma honesta reavaliação da própria evolução dos movimentos anticoloniais. E esse pode ser o lugar do grande problema para uma análise efetiva da pós-colônia africana. Como vamos criticar a própria orientação político-revolucionária, que é o espírito de grande parte dos trabalhos que compõe a teoria pós-colonial, sem traírmos a causa pela qual ela luta e com a qual qualquer crítico sério também se identifica? Como é que podemos apontar um dedo crítico para governantes que hoje reprimem e subordinam em nome da nação, mas que são os mesmos indivíduos que, há apenas quarenta anos, arriscaram suas vidas e deram cabo a uma forma de colonialismo cruel e duradoura sem que, através dessa crítica, se diminua o valor da sua imprescindível conquista? Como usar as ferramentas pós-coloniais para analisar desequilíbrios nas relações internas de poder que não são resultado da “outrização” no sentido clássico, mas tal como lembra Mbembe, quando esse desequilíbrio ocorre numa época na qual “o inimigo não é mais o colonialista no senso estrito, mas o irmão”, o compatriota?

Esses são alguns dos pontos que eu creio sustentarem a posição de Achille Mbembe e que se mostram como grandes obstáculos para o uso do aparato pós-colonial para a análise de assuntos internos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Presos numa espécie de paradoxo conceitual, a crítica das literaturas desses países, quando feita com o auxílio das teorias pós-coloniais, geralmente tende a ignorar assuntos internos como a problemática permanência do MPLA no governo em Angola, ou as atrocidades cometidas pelos regimes unipartidários e as desigualdades de gênero, ou a infame concentração de renda que vitima todos os cinco países. O que, com frequência, se vê nos trabalhos da crítica literária especializada consiste na predominância de análises comparativas dentro de um

transnacionalismo que se pretende lusófono, mas não africano; compreendendo, na maioria das vezes, estudos das obras e suas relações com a língua portuguesa – concentrando sempre no fato da mudança do idioma, o que implica e reforça a existência de um padrão original de referencial linguístico que está fora da África. Também é comum que se veja estudos comparados de trabalhos escritos por africanos com outros escritos por portugueses ou brasileiros, práticas que reforçam rotas-chave de leitura, condensadas no conceito de lusofonia em Portugal e de comunitarismos literários no Brasil. Outro ponto, mais encontrado na crítica à essas literaturas que enunciam a partir dos mundos anglófonos, consiste na análise da relevância dos trabalhos de autores africanos como *commodity* no mercado cultural global, insistindo na influência do gosto do leitor estrangeiro no produto literário final. Há ainda aqueles que são tão comprometidos com uma crítica ao capitalismo global que, para fazê-lo, concentram-se tanto no papel dos nacionalismos literários africanos que sacrificam qualquer problematização das políticas de obliteração e homogeneização cultural que essas mesmas representações literárias acarretam, frente às realidades plurilíngues e multinacionais dos países em questão. Com isso, invisibilizar as políticas internas tem sido um efeito colateral comum que muitas das críticas que se auxiliam dos estudos pós-coloniais terminam por promover.

A partir desta reflexão é possível compreendermos que olhar para África, é, de fato, olhar para “What postcolonial theory doesn’t say” (Lazarus 2011). Mas, de maneira diferente do que sugeriu Neil Lazarus, no artigo que leva este nome, quando afirma ver um erro no coração dos estudos pós-coloniais, cujo foco nos estudos de cultura o condenaria à condição de desmaterializado e ahistórico, eu creio que seja precisamente o compromisso pós-colonial com seu próprio momento histórico de emergência a amarela na qual ele cai. No caso da África de língua oficial portuguesa, o crítico pós-colonial está tão ligado às urgências dos nacionalismos anticoloniais que se torna refém da sua historicidade ao ponto de não conseguir seguir em frente de maneira suficiente para realizar uma análise dos desdobramentos econômicos da pós-colônia Africana à luz da sua pós-colonialidade tardia. Ademais, eu acredito que, a fim de que consigamos desfrutar das possibilidades que a teoria pós-colonial nos oferece, seja

imprescindível que se tenha em mente que esse grande bloco monolítico e singular a que se costuma identificar como “a” teoria não passa de uma aglomeração de perspectivas teóricas politizadas, mas que são sempre baseadas em estudos de caso que, por muitas razões que não cabem aqui, tendem a privilegiar exemplos das pós-colonialidades relacionadas mais diretamente com os imperialismos francês e britânico. Nesse sentido, a literatura africana em língua portuguesa contemporânea oferece um desafio à teoria e “talk back to the center” na medida em que demanda uma expansão do pensamento teórico por oferecer às teorias instaladas novos *desafios situados*, abrindo-a para a o engajamento político em outros níveis e obrigando-a a continuar desenvolvendo-se a fim de acompanhar a inescapável marcha da história.

Bibliografia

Arenas, Fernando (2011), *Lusophone Africa: Beyond Independence*, Minneapolis, The University of Minnesota Press.

Dirlik, Arif (2002), "Rethinking Colonialism: Globalization, Postcolonialism, and the Nation", *Interventions*: 428-448.

Gonzáles Casanova, Pablo (2007), " Colonialismo interno (uma redefinição)", in Boron, Atilio et al. (eds.), *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, Clacso <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/marix.html>

Hall, Stuart (2003), "Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite", in L. Sovik (ed.), *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte, Editora UFMG: 101-130.

Lazarus, Neil (2011), "What postcolonial theory doesn't say" *Race and Class*, Volume 53 (1): 3-27.

Mata, Inocência (2007), "A invenção do espaço lusófono: a lógica da razão africana", in *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*, Luanda, Nzila.

Mbembe, Achille (2001), *On the Postcolony*, Los Angeles, University of California Press.

-- (2008), "What is postcolonial thinking?", *Eurozine*, 09 January.

Mignolo, Walter (2012), *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*, Princeton, Princeton University Press.

Parry, Benita (2012), "What is Left in postcolonial studies" *New Literary History*, Volume 43:2: 341-358.

Said, Edward (1983), *The World, the Text and the Critic*, Harvard University Press.

Santos, Boaventura de Sousa (2001), "Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidades", in *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Edições Afrontamento: 23-86.

Young, Robert (2001) *Postcolonialism: an Historical Introduction*, Oxford, Blackwell Publishing.

-- (2012), "Postcolonial Remains" *New Literary History*, Volume 43:1: 19-42.

Emanuelle Santos é pesquisadora do departamento de Inglês e Literatura Comparada da Universidade de Warwick, no Reino Unido. Sua pesquisa, no campo da literatura comparada, tem como foco as cinco literaturas dos países africanos de língua oficial portuguesa e estuda de que maneira as ideias de nação e identidade nacional vem sendo representadas na ficção desses países no século XXI e sua relação com o corpo de teoria dos estudos pós-coloniais.

NOTAS

¹ Acerca da discussão em torno da ideia de lusofonia ver “A invenção do espaço lusófono: a lógica da razão africana” de Inocência Mata (2007).

² Ainda que Walter D. Mignolo seja professor na Universidade de Duke, nos Estados Unidos, sua perspectiva crítica é baseada na sua identidade latino-americana, na condição de argentino. Da mesma maneira, ainda que falando a partir do Portugal contemporâneo, Boaventura de Sousa Santos enuncia a partir de uma condição periférica que vem a permear grande parte do seu trabalho, cuja teorização encontra-se, de maneira mais extensa, no seu ensaio “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidades” (2001).

³ Acerca dessa discussão ver “Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite” de Stuart Hall (2003).

⁴ Ver a crítica feita no ensaio “What is left in Postcolonial studies” (2012) de Benita Parry que consista numa resposta crítica ao ensaio de Young.

⁵ Acerca do conceito de “colonialismo interno” ver “Colonialismo interno (uma redefinição)” de Pablo Gonzáles Casanova (2007).